

RELATÓRIOS [IN]SUSTENTÁVEIS

JAIME HIKARU MISHIMA

Curso de graduação – Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação

Email do autor: jaimemishima@gmail.com

RESUMO: Este ensaio trata sobre os relatórios de sustentabilidade e os seus impactos sobre os *stakeholders*. Na primeira parte do ensaio, localizamos o desenvolvimento sustentável e suas implicações no ambiente empresarial. Na segunda parte discutimos o momento brasileiro e a abordagem dos relatórios de sustentabilidade na RIO+20. Em seguida, há uma discussão acerca do atual padrão adotado pela Global Reporting Initiative (GRI) e uma análise de um caso real.

PALAVRAS-CHAVE: Relatórios de sustentabilidade, *stakeholders*, desenvolvimento sustentável, RIO+20, GRI

[UN]SUSTAINABLE REPORTS

ABSTRACT: This article is about sustainability reporting and their impacts on stakeholders. In the first part of the article, we located the sustainable development and its implications in the business environment. In the second part we discuss the Brazilian moment and the approach of sustainability reporting in the RIO+20. Then there is a discussion about the current pattern adopted by the Global Reporting Initiative (GRI) and an analysis of a real case.

KEY-WORDS: Sustainability reports, stakeholders, sustainable development, RIO+20, GRI

INTRODUÇÃO

Contextualização do desenvolvimento sustentável - As questões sociais e ambientais estão cada vez mais inseridas no contexto corporativo. A ideia da responsabilidade social gradualmente ganha mais destaque nos procedimentos empresariais e representa importante parâmetro para redefinição de valores que a sociedade enfrenta. Nesse contexto, a definição de desenvolvimento sustentável no relatório Brundtland no documento “Nosso Futuro Comum” (*Our Common Future*), como sendo “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (ONU, 1991), está diretamente relacionado às práticas adotadas

pelos maiores responsáveis pelo desenvolvimento da economia global: as empresas.

Assim, busca-se analisar o aumento ocorrido na divulgação socioambiental nos últimos anos. Um dos parâmetros adotados para tal análise se baseia no padrão mais aceito pelas empresas internacionais e, mais recentemente no Brasil, desenvolvido pela Global Reporting Initiative (GRI, 2010): o dos relatórios de sustentabilidade. O fato da sociedade corporativa almejar cada vez mais o desenvolvimento sustentável (DS), que por senso comum parece ser algo positivo, não implica necessariamente que a mesma saiba como atuar para que o DS ocorra.

Nesse contexto, a argumentação está baseada na atual estrutura do *triple bottom line* (TBL) para medir o desempenho e o valor gerado em termos relacionados aos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Agrega-se também o conceito do 3P, *people, planet e profits* (ETHOS, 2010). Esse modelo, apesar de viável, é fortemente dependente da aceitação por parte dos *stakeholders*. Esses representam as partes interessadas, que é toda pessoa que possa ser afetada pelas ações de uma organização em seus negócios e em sua atuação, tais como público interno, fornecedor, consumidor, cliente, comunidade, banqueiros, sindicatos, órgãos governamentais (ABNT, 2004), *shareholders*. Na abordagem dos acionistas (*shareholders*), encontra-se o agravante dessa classe ter como função estar focada na produtividade, na qual a empresa deve prover os seus serviços por troca de um lucro. Ou seja, a função da empresa é gerar lucros. Surge, então, a contradição pela busca do DS.

O momento Brasileiro - Nesse sentido, o Brasil é considerado um país extremamente estratégico no contexto ambiental. A presença de grande parte da floresta Amazônica bem como a de importantes reservas subterrâneas de água chama a atenção do mundo. Na abordagem econômica, a economia brasileira vem mostrando cada vez mais estabilidade econômica. Prova disso decorre da rápida recuperação sobre a crise financeira iniciada em 2008 precipitada pela falência do banco de investimentos Lehman Brothers e decorrente

crise dos subprimes. Entretanto, há ainda um enorme contraste entre a considerada sexta maior economia mundial, mas que é apenas o 84º lugar no relatório de desenvolvimento humano entre 187 países (PNUD, 2011). Com isso, é extremamente importante aprofundar o debate da sustentabilidade no Brasil, envolvendo os aspectos não somente econômicos, mas também sociais e ambientais. Dessa forma, a sustentabilidade no Brasil deve, de fato, ser levada em consideração no ambiente empresarial.

Nessa direção, o aumento do número de companhias que divulgam informação social e ambiental tem aumentado. No momento o Brasil é o terceiro maior país divulgador dos relatórios de sustentabilidade, atrás apenas dos Estados Unidos e da Espanha. Há 20 anos, na Eco92 as empresas eram vistas como as grandes vilãs da melhoria da qualidade de vida. Recentemente, os relatórios de sustentabilidade foram abordados no documento com os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como RIO+20 “O Futuro que queremos” (*The Future we want*), em tradução não-oficial.

“Reconhecemos a importância dos relatórios de sustentabilidade corporativa e incentivamos as empresas, sempre que necessário, especialmente as de capital aberto e grandes empresas, a considerar a integração de informações sobre sustentabilidade em seus relatórios. Nós encorajamos a indústria, governos e stakeholders com o apoio do sistema das Nações Unidas, conforme apropriado, para desenvolver modelos para melhores

práticas e facilitar a ação para a integração dos relatórios de sustentabilidade, tendo em consideração as experiências dos quadros já existentes e com atenção especial às necessidades dos países em desenvolvimento [...].” (Outcome of the Conference, *The Future we want*. Rio, 2012 p.08)

Buscando padronização - Fica evidente, portanto, que embora haja um aumento da divulgação dos relatórios segundo o modelo da GRI, a qualidade da informação não é necessariamente proporcional a tal aumento. Além disso, as práticas adotadas para a elaboração e divulgação do relatório nem sempre é institucionalizada de forma a mudar a cultura empresarial. Com isso, é necessário que o setor empresarial exerça papel de ator essencial em um debate que repense o atual modelo econômico mundial. Uma vez em que as recentes crises financeiras corroboram para a importância das informações corporativas, principalmente as relacionadas à sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Sob esse ponto de vista, tem-se como principal questionamento se a sustentabilidade está, de fato, inserida no processo de gestão das empresas e se ocupa papel relevante na tomada de decisões da mesma. É senso comum, que as expressões “**desenvolvimento sustentável**” e “**sustentabilidade**” estão se tornando lemas para órgãos internacionais e jargões para conferências e artigos (vide trecho do resultado da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável, RIO+20), bem como slogan para ativistas ambientais.

Com isso, esse conceitos estão, de certa forma, se tornando vazios. Podendo atingir o patamar de lugar-comum. São facilmente usadas como frase da moda que todo mundo respeita, mas ninguém se dá ao trabalho de definir. Comparável a um verdadeiro clichê: “*Ao longo dos últimos anos, o desenvolvimento sustentável emergiu como o mais recente slogan de desenvolvimento. Uma ampla gama de organizações [...] adotam-no como o novo paradigma do desenvolvimento*” (LÉLÉ, 1991, *Abstract*).

No contexto empresarial, a responsabilidade social (RS) ainda é baseada em posturas culturais voltadas ao modo de desenvolvimento dado nos últimos séculos. Ou seja, a RS de uma empresa ainda é gerar lucros. Além de que os gerentes da empresa devem prestar contas aos acionistas (shareholders) na busca de lucros crescentes. Assim, é importante destacar a presença de dois tipos de *stakeholders*: **primários** (acionistas, investidores, clientes, empregados, fornecedores) e os **secundários**. Estes, apesar de não influenciarem diretamente na empresa, conseguem mobilizar a opinião pública, tem-se como exemplo o papel exercido pela mídia. Desse modo, a prevalência dos interesses dos shareholders sobre os demais stakeholders pode ser controlada pelos stakeholders secundários.

Nessa perspectiva, usa-se o conceito do *Triple Botton Line* (TBL) que visa criar uma estrutura para medir a performance e o valor gerado em termos de parâmetros econômicos,

sociais e ambientais. Porém, ao mesmo tempo em que há a busca pela sustentabilidade voltada em três valores: pessoas, lucro e planeta (3P), têm-se como principal problema o aumento de custos e o fim dos negócios. Em contraste, temos o uso do *business case* na qual os recursos, como dinheiro e esforços consumidos, devem ser em prol de uma necessidade específica de negócios. Como exemplo, tem-se a atualização de um software que pode melhorar o desempenho de um sistema. No âmbito da sustentabilidade, acredita-se que o uso de tal procedimento gere somente benefícios: agrega valor a marca, atrai capital, melhora a gestão, traz transparência aos shareholders, reputação. Dessa forma, o *business case* da sustentabilidade é praticamente '*business as usual*' na qual se executa as operações funcionais dentro de uma organização sem, de fato, introduzir mudanças.

Isso entra em contradição com o fato da sustentabilidade exigir mudanças e sacrifícios, e a consequente troca dos resultados financeiros para atender aos pilares do TBL. A exemplo de empresas no limite crítico, que são as que teriam de mudar linhas de negócios de forma completa devido a não gerarem produtos considerados sustentáveis.

Sob essa linha de pensamento, encontra-se a **GRI**, uma organização sem fins lucrativos constituída em rede, formada por participantes do mundo dos negócios, da sociedade civil, da academia e de instituições profissionais do mundo todo, responsável pelo padrão desenvolvido nos relatórios de sustentabilidade.

Ele tem como função ajudar as empresas e os stakeholders a compreender o papel das organizações no DS e como atender o TBL (GRI, 2010. Adaptado). A vantagem de tal padrão, é que ele permite relatórios comparáveis e periódicos segundo um padrão aceito internacionalmente, o que possibilita comparar resultados entre países, atingindo, portanto, um âmbito universal.

Embora tenha uma causa extremamente admirável, é necessário e importante ressaltar que mesmo sendo um modelo internacional e usados por muitos países, sendo até tema de discussão da conferência Rio+20, ele ainda tem sérias críticas ao modelo TBL. Embora não seja uma ilusão inatingível, ela tem uma série de problemas: a nova roupagem de velhos conceitos, ou seja, busca-se mudar o estilo empresarial, porém sem abrir mão do progresso; ajudar empresas responsáveis pela degradação ambiental, a exemplo de empresas poluidoras que compram créditos de carbono para compensar suas emissões; é uma maneira de maquiar os resultados mostrando apenas os bons resultados; o sistema capitalista é um sistema que parte do pressuposto do lucro, qualquer ação que mude isso seria apenas uma forma de controlar a famosa 'mão-invisível' imaginada por Adam Smith; infelizmente a ideia do DS é mais uma forma de propaganda do que uma mudança social e ambiental efetiva.

Além disso, o próprio termo usado é, no mínimo, paradoxal já que os regimes atuais de produção são insustentáveis. Com relação ao

modelo adotado pelo GRI, têm-se como críticas o uso de padrões complexos, sem usar concepções científicas fortes. Apesar de todos os problemas, os tais relatórios servem para introduzir, através do jargão empresarial, o tema da sustentabilidade nas organizações. É importante destacar as forças externas que exigem mudanças e levam as empresas a adotarem os padrões da GRI. Nessa situação, Elkington modelou um ciclo de aprendizado e mudança que deve ocorrer para transitarmos para um novo modelo de capitalismo: Invasão, internalização, inclusão, integração e incubação. No caso, há a necessidade de novas tecnologias e modelo de negócios que causem novos impactos, assim há um aumento de *stakeholders* engajados que, por consequência, buscariam novas prioridades ao negócio e incubariam novas tecnologias e modelos, fechando assim o ciclo.

Estudo de caso- Como forma de analisar de forma qualitativa o tema, foi feita uma leitura crítica da publicação do relatório anual com os indicadores de sustentabilidade do Banco Santander Brasil de 2011. Foi feito um paralelo com o relatório divulgado em 2005, pelo ABN AMRO Real. Apenas como contextualização, houve em 2007 a incorporação do ABN Amro Bank pelo consórcio Santander-Fortis-RBS, com o processo de incorporação do ABN Amro Real pelo banco Santander. Como consequência, houve demissões em massa e não cumprimento de acordos, gerando greves de funcionários e mobilização do sindicato de classe. Além disso, conforme noticiado na época: “O banco

encomendou pesquisas de opinião junto a clientes e ao público externo para avaliar a força do nome Real. Chegou à conclusão de que a marca, construída com base na bandeira de sustentabilidade socioambiental, chega a ter mais apelo do que a do próprio Santander.” (FOLHA, 2008). Percebe-se, portanto, o interesse pela marca Real e sua ‘bandeira sustentável’ à agregação as práticas do grupo Santander.

Fazendo o comparativo, tem-se que o relatório de 2005 deu início à criação própria de um grupo de trabalho dedicado a aprimorar a estrutura dos indicadores e o processo de coleta dos dados. Tem-se, como reconhecimento, que os sistemas de informações orientados para os indicadores de sustentabilidade ainda eram incipientes, longe dos sistemas voltados à captação de dados financeiros ou para elaboração de balanços oficiais. Trata-se, portanto, de um problema do mercado que à época ainda não estava consolidado. Reconhece-se também que as informações publicadas estavam sujeitas a um grau de incerteza em função da forma em que os dados eram obtidos.

Em oposição, o relatório anual (RA) do Santander de 2011 tem como marco a finalização do processo de integração de sistemas do Santander com o Banco Real. O relatório atende aos requisitos para o nível A+ de aplicação GRI. Tem-se como crítica o fato dele mostrar somente pontos positivos, como se tudo estivesse perfeito. Percebe-se, dessa forma, que a elaboração do relatório, mesmo que atendendo a todas as

diretrizes GRI G3, tem grande apelo de ser apenas burocrático.

Considerações finais - Assim, o atual processo da integração da sustentabilidade nas práticas da empresa demonstra que quanto mais uma empresa divulga os relatórios, e por mais que pareçam peças de divulgação meramente institucionais, não há dúvida que existem investimentos maciços - nos *stakeholders* (clientes, público interno, políticas de acessibilidade), sociedade (programas estudantis, projetos ambientais, valorização da diversidade, inclusão social), governo (participação em políticas públicas), negócios (riscos socioambientais), governança (combate ao suborno e corrupção, transparência e prestação de contas), gestão ambiental (emissões, impactos ambientais de diversas naturezas) - para atender as diretrizes impostas pelo padrão GRI. Dessa forma, mesmo que seja apenas para atender os critérios e exerça uma função burocrática, ela gera, de fato, novas ações. Como resultado, tem-se que as empresas prestam contas à sociedade, melhorando sua imagem perante os *stakeholders secundários* (governo internacional, imprensa, grupos ambientalistas, comunidades, ONGs). Esse grupo tem a capacidade de mobilizar a opinião pública, tanto a favor como contra a organização. Por isso, o relatório de sustentabilidade exerce importante função de atender as expectativas dos *stakeholders secundários* sem, no entanto, ferir os interesses dos *stakeholders primários*. Porém, até que ponto os relatórios são ferramentas meramente

publicitárias? Ferramentas que, de certa forma, servem para atrair investidores e dar continuidade aos interesses dos *shareholders* no que diz respeito ao crescimento da empresa e, conseqüentemente, aumento dos lucros? Ou seja, até onde o crescimento econômico pode se omitir a criticar o próprio sistema em que está inserido, e se não for esta sua perspectiva de trabalho, qual deve ser então o papel dos relatórios de sustentabilidade? Qual seria sua real finalidade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABN AMRO REAL - Valores humanos e econômicos, juntos. 2003/2004.
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 16001: responsabilidade social – sistema da gestão – requisitos. Rio de Janeiro, 2004.
- Cintra, Y. C. A integração da sustentabilidade às práticas de controle gerencial das empresas no Brasil. 200p. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ETHOS – Instituto Ethos. Indicadores Ethos de responsabilidade social – glossário. Termo consultado: Sustentabilidade. Disponível em: http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/glossario/ Acesso em 31/05/2012.
- FOLHA - SCARRETTA, Toni. Santander decide manter a marca Real, 31 out. 2008. Folha Online. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u462560.shtml>. Acesso em 15/06/2012.
- GRI – Global Reporting Initiative. Diretrizes para relatórios de sustentabilidade e suplemento setorial de alimentos. São Paulo, 2010



LÉLÉ, Sharachchandra M. Sustainable Development: a critical review. World Development, Abstract, 1991.

ONU – Organização das Nações Unidas. Relatório da comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2. ed. São Paulo: FGV, 1991.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking do IDH 2011.

Disponível em:

<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=25>

[83](#) Acesso em 12/06/2012.

SANTANDER - Relatório anual 2011 - Indicadores de sustentabilidade. São Paulo, 2011. Disponível em:

http://www.santander.com.br/document/wps/Relatorio_Anual2011_Indic_Sustent.pdf

Acesso em 11/06/2012.

The Future we want. Outcome of the Conference: Rio+20 United Nations Conference on Sustainable Development. Rio, 2012 p.08 Disponível em:

<http://www.uncsd2012.org/content/documents/727The%20Future%20We%20Want%2019%20June%201230pm.pdf>

Acesso em 23/06/2012.

TILT, Carol A. Corporate responsibility, accounting and accountants In: IDOWU, Samuel O.; LEAL FILHO, Walter (Orgs.). Professional's perspectives of corporate social responsibility. Heildelberg: Springer, 2009.